

# POR UMA HISTORIOGRAFIA DOS ESPAÇOS NO CANGAÇO LAMPIÔNICO

**Guerhansberger Tayllow Augusto Sarmiento<sup>1</sup>**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (UFRN)

[guehansbegerlastro@hotmail.com](mailto:guehansbegerlastro@hotmail.com)

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender como categorias espaciais (espaço/território) aparecem na escrita do cangaço e como a minha pesquisa busca se inserir no debate, propondo novas reflexões a partir da relação entre história e espaço. Para tanto, pretendo fazer uma análise historiográfica a partir dos seguintes textos: *Heróis e bandidos: os cangaceiros de Nordeste* (1917), de Gustavo Barroso; *Cangaceiros e Fanáticos* (1963), de Rui Facó; e *O cangaço sob a chefia de Lampião, ou como produzir território em movimento* (1995), de Luiz Jorge Villela.

**Palavra-chave:** Espaço. Território. Historiografia. Lampião.

---

<sup>1</sup> Aluno vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História, na UFRN/NATAL, que tem como área de concentração: História e Espaços. Desenvolvemos atualmente a pesquisa intitulada: *VIRGULINO CARTOGRAFADO: RELAÇÕES DE PODER E TERRITORIALIZAÇÃO DO CANGAÇO ENQUANTO ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DO BANDO DE LAMPIÃO (1920-1928)*, sob orientação do Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

# FOR A HISTORIOGRAPHY OF SPACES IN THE LAMPIONIC CANGAÇO

**Guerhansberger Tayllow Augusto Sarmiento**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (UFRN)

[guehansbegerlastro@hotmail.com](mailto:guehansbegerlastro@hotmail.com)

## ABSTRACT

The aim of this work is to understand how spatial categories (space / territory) appear in cangaço writing and how my research is inserted in this debate, proposing new reflections based on the relation between history and space. Therefore, I intend to make a historiographic analysis from the following texts: *Heróis e bandidos: os cangaceiros de Nordeste* (1917), by Gustavo Barroso; *Cangaceiros e Fanáticos* (1963), by Rui Facó; and *O cangaço sob a chefia de Lampião, ou como produzir território em movimento* (1995), by Luiz Jorge Villela.

**Keyword:** Space; Territory; Historiography; Lampião

O presente artigo objetiva estabelecer um primeiro diálogo com as narrativas que foram produzidas sobre o cangaço a partir da perspectiva da história dos espaços, almejando não só se inserir no debate já existente, mas propor novos direcionamentos tendo como recorte temporal da pesquisa em desenvolvimento, à chamada primeira fase do cangaço lampiônico, entre os anos de 1920-1928.

Como metodologia, lanço mão da análise historiográfica, tendo como fonte os seguintes escritos: *Heróis e bandidos: os cangaceiros de Nordeste* (1917), de Gustavo Barroso; *Cangaceiros e Fanáticos* (1963), de Rui Facó; e *O cangaço sob a chefia de Lampião, ou como produzir território em movimento* (1995), de Luiz Jorge Villela. Este último apresenta-se como o primeiro trabalho acadêmico que propôs pensar o cangaço a partir da problemática do espaço/território. Os dois primeiros foram escolhidos porque entendo que o livro de Gustavo Barroso emprega uma forma explicativa para o cangaço a partir do determinismo geográfico, ou seja, o solo — sinônimo de espaço nesta concepção — aparece como fator determinante para as causas e efeitos do cangaceirismo. A escrita de Gustavo Barroso é atravessada pelas teorias deterministas que marcaram sua época, e as que me interessam são as que dizem respeito ao espaço. Já Rui Facó foi selecionado pois compreendo que este autor marca uma descontinuidade na escrita sobre o cangaço, ou seja, um momento de corte com as teorias do determinismo geográfico até então dominantes. Sendo assim, aposto neste artigo que esses autores são fundamentais para a historicização das categorias espaciais na historiografia do tema.

O cangaço caracteriza-se, na história do Nordeste brasileiro, como um dos fenômenos que passou a simbolizar a região e seu povo, deixando profundas marcas na gestada cultura nordestina, no imaginário popular e na memória histórica da região. Abrangendo um período consideravelmente longo, o cangaço tem seus enraizamentos no século XVIII, passando pelo XIX e florescendo com maior notoriedade na primeira metade do século XX.

Desde o livro *O Cabeleira*<sup>2</sup> de João Franklin da Silveira Távora, publicado em 1876, o cangaço tem sido tema de interesse de muitos estudiosos em diferentes temporalidades.

---

<sup>2</sup> Em um esforço de explicar o nacional pelo regional, o livro é considerado o primeiro romance histórico do cangaço, resultou da necessidade que o autor teve em apresentar o valor literário e a riqueza histórica e cultural da então região Norte. O livro narra as aventuras e dramas do cangaceiro José Gomes, vulgo

Esse interesse extrapolou o campo das letras, passando a ter presença marcante também no cinema — sobretudo depois do sucesso do filme *O Cangaceiro* (1953), dirigido e escrito por Lima Barreto —, no artesanato, na música e no teatro.

A produção de livros e eventos sobre o cangaço continua majoritariamente e a todo vapor fora dos muros das universidades brasileiras, embora hoje seja considerável o número de monografias, dissertações e teses produzidas no âmbito acadêmico. Esse movimento de entrada do tema nas universidades pode ser localizado temporalmente a partir da década de 1960, com os estudos da historiadora Maria Christina Matta Machado, que publicou em 1969 o livro *As táticas de guerra dos cangaceiros*, como resultado das pesquisas que a mesma desenvolvia na tese de doutoramento na Universidade de São Paulo (USP), tese que não foi defendida, pois a autora faleceu em 1971, às vésperas da defesa. Nas décadas de 1970 e 1980, o cangaço ganha evidência nos trabalhos da importante socióloga brasileira Maria Isaura Pereira de Queiroz, em *Os cangaceiros* (1968) e *História do cangaço* (1982); seguida pelas pretensões sociológicas de Frederico Pernambucano de Mello, no hoje clássico *Guerreiros do Sol: banditismo e violência no Nordeste Brasileiro* (1985).

Nesse mesmo contexto temporal, historiadores de outros países demonstraram interesse pela temática, como o historiador inglês Eric Hobsbawm, que nos livros *Rebeldes e primitivos* (1970) e *Bandidos* (1976), dedicou reflexões ao cangaço para formular suas teorias sobre a ideia de *bandidos sociais*<sup>3</sup>. Já o historiador norte-americano Billy Jaynes Chandler publicou *Lampião o Rei dos Cangaceiros* (1981), livro biográfico produzido através de um vasto corpus documental composto por jornais, processos criminais, relatos de polícia, entre outros. Este autor almejava, com esse levantamento monumental de fontes, escrever a biografia *verdade* de Lampião, acreditando ser possível separar o real do fantasioso, o homem do mito.

---

Cabeleira (designação que faz menção aos longos cabelos que lhe escorriam pelos ombros), que nasceu no ano de 1751, em Glória do Goitá, na então província de Pernambuco.

<sup>3</sup> O termo bandido social é usado por Hobsbawm para identificar homens que viviam fora da lei em sociedades “pré-capitalistas” e que recebiam certa legitimidade por parte dos camponeses locais. Ou seja, a ideia de bandido não é usado por Hobsbawm no sentido pejorativo, mas apenas para sinalizar os homens e mulheres que não se submetiam às regras estabelecidas pelos donos do poder, ficando, assim, às margens das leis estabelecidas. Os livros *Rebeldes e primitivos* e *Bandidos* foram produzidos no momento de redefinição e alargamento dos objetos de estudo da História Social Inglesa. Balizado pelos conceitos de “movimentos sociais pré-políticos” e “banditismo social”, Hobsbawm buscou acionar um lugar epistemológico que tornasse possível pensar experiências históricas de rebeliões sociais destoantes dos modelos clássicos de movimentos sociais estabelecidos pelas próprias interpretações marxistas (PEREIRA, 2000, p. 211).

O leitor observou que os anos que compreendem as décadas de 1960 até 1980 foram marcados por uma série de trabalhos com pretensões acadêmicas sobre o cangaço. Esse fato pode ser entendido à luz dos autores influenciados pelas teorias marxistas — como Rui Facó — que propuseram cortes interpretativos na visão dominante que até os anos de 1960 recorria a uma série de preconceitos pautados em teorias deterministas sobre o fenômeno do cangaceirismo. Agora os cangaceiros não poderiam ser vistos como simples bandidos, mas como sujeitos frutos de estruturas sociais historicamente constituídas. Estudar o cangaço significava nesse momento entender o processo de formação das estruturas da sociedade sertaneja, como no movimento duplo de denunciar a exploração e a condição de vida dos camponeses e, com isso, buscar apontar para possibilidades de transformações sociais.

Esse percurso narrativo que assumi até agora serviu para deixar o (a) leitor (a) a par da historiografia do tema, mas o que desejo aqui é estabelecer um diálogo com a escrita sobre o cangaço por meio de uma história dos espaços. Movimento narrativo que penso ser singular, pois categorias como espaço e território ainda não foram suficientemente exploradas pelos pesquisadores tanto dentro como fora das universidades. Desejo colocar em debate a possibilidade de se pensar uma historiografia do cangaço a partir de abordagens espaciais.

Para tanto, apresento em forma de tópicos, três perspectivas historiográficas diferentes de conceber o espaço na escrita sobre o tema. O primeiro tópico destaca a abordagem determinista presente em Gustavo Barroso; no segundo, o espaço político e transformador presente em Rui Facó; e no terceiro e último, o espaço e o território do cangaço lampiônico na relação entre antropologia, geografia e história, situando minhas impressões de pesquisa no diálogo com Luiz Jorge Villela.

### **O meio determina as ações dos sujeitos: o determinismo geográfico em Gustavo Barroso**

Em 1917, o intelectual cearense Gustavo Barroso publicava a primeira edição do livro *Heróis e bandidos: os cangaceiros de Nordeste*,<sup>4</sup> com o objetivo de estudar as causas do

---

<sup>4</sup> É importante destacar que, em 1930, Barroso também escreveu outro livro sobre o cangaceirismo, intitulado: **Almas de lama e de aço**: Lampião e outros cangaceiros. Nesse livro, Barroso criticou a desmoralização e os aspectos sociais e políticos da chamada “República Velha” que, para ele, eram os principais produtores do atraso e do cangaceirismo no sertão nordestino.

cangaceirismo e os tipos de criminosos que fizeram parte desse fenômeno. Não é por acaso que o livro é estruturado em dois capítulos, sendo o primeiro nomeado de *As causas*; e o segundo, *Os tipos*. O primeiro capítulo será de suma importância neste trabalho, pois ao buscar investigar a complexidade das causas do banditismo, Barroso o faz a partir de teorias deterministas e uma delas se inscreve na perspectiva geográfica.

As condições climáticas, a falta de comunicação, a corrupção, o analfabetismo, o isolamento geográfico são definidos por Barroso como as principais causas da existência do cangaceirismo. Por essa razão, o autor concluiu que os cangaceiros não são meros criminosos, mas produtos de um meio que os conduz para a vida de crimes, chegando a tecer o sentimento de admiração pela valentia com que esses homens e mulheres sobrevivem a todas essas adversidades, que o autor denominou de *intempéries do meio*. A partir disso, Barroso justifica a dicotomia presente no título do seu livro:

Os cangaceiros sagazes e valentes, sóbrios e destemerosos, evaporam-se nas lutas e negaceiam como fantasmas; mas, acuados no último refúgio, morrem e não se rendem, como o povo de Canudos, causando tão forte emoção em Euclides da Cunha, que produziu o maior livro de nossa literatura. Por que assim são e, em outro meio, com outras diretivas e impulsos, sua qualidades os fariam úteis, dedicados e grandes, os chamados Heróis e Bandidos, certos que muita vez são mais bandidos que heróis, porém quase sempre mais heróis que bandidos (BARROSO, 2012, p. 77).

Euclides da Cunha influenciou fortemente as concepções de Barroso sobre os sertanejos, sendo bastante semelhante o movimento narrativo de descrevê-los ora como retardados a partir de uma série de preconceitos, ora como fortes e valentes. Esse pensamento dicotômico e contraditório fica claro quando no segundo capítulo o autor descreve os tipos de cangaceiros. Barroso construiu distintos arquétipos de bandidos, diferenciando as múltiplas possibilidades e ambiguidades do cangaço. Assim, podemos perceber bandidos com características particulares, como: psicóticos, nobres, selvagens, etc. É notório que o autor defende alguns e condena outros, justificando o título do livro: *Heróis e bandidos* (FERRERAS, 2003, p. 173).

No subtítulo do livro o autor diz que esses cangaceiros são de Nordeste. Mas o que seria de Nordeste? Segundo ele: “compreende a grande região entre o rio São Francisco e o vale do Cariri, estendendo-se da serra Quicuncá à do Martins, daí às faldas da Borborema, aos contrafortes da Baixa Verde e dos Dois Irmãos” (BARROSO, 2012, p.

17). Observa-se que a palavra Nordeste ainda não aparece no sentido usado atualmente e definido em 1969 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como uma das cinco regiões do país, mas como uma microrregião caracterizada por ser o habitat do banditismo.

Outra dicotomia que norteia o livro é entre litoral e sertão. Escrevendo pela ótica do litoral, Barroso apresenta o sertão e o sertanejo como um povo que vive uma espacialidade e temporalidade outra. Enquanto o litoral é o espaço que acompanhou o processo civilizatório em marcha para o progresso, ou seja, para o futuro próspero, o sertão é o lugar do primitivismo, de um tempo que parece não passar. Pautado na ideia de evolução racial<sup>5</sup>, o sertanejo não teria conseguido evoluir, estando fadado a viver ainda aos moldes do século dezessete, ou mais recuado no tempo, no período medieval:

A sociedade sertaneja não evoluiu. Há civilizações que chegam a uma culminância e depois declinam. Outras nada atingem. Esgotadas pelos próprios esforços para subir, embora pequenos e dispersos, degeneram e caem em marasmo ou anarquia. A gente do sertão ficou o que era na época das bandeiras aventureiras, das primeiras mestiçagens e das primeiras lutas [...] Analogia da vida sertaneja com a idade média. Nesta o culto das armas e o amor da guerra repeliam as letras, que se refugiaram nos conventos. Naquela, o apanágio do cangaceiro é o analfabetismo e o pouco e único saber que possuiu foi o que se originou nas mansões religiosas (BARROSO, 2012, p. 35-77).

Uma boa parte da produção de Barroso ficou caracterizada pela prática de colagem e compilação que o autor teria feito de outros escritores. No caso destacado acima, o autor se aproxima muito da obra *Facundo: civilização e barbárie* (1845), do argentino Domingo Faustino Sarmiento, que afirmava no século XIX, que as populações do litoral argentino alcançavam o décimo nono século, mas as do interior tinham ficado no décimo segundo. O sertão é situado sempre em uma temporalidade destoante, *retardado* — palavra mencionada várias vezes por Barroso — no tempo e no espaço. O litoral seria o modelo de sociedade, enquanto o sertão ainda estaria estancado no estágio anterior, inferior. Dessa forma, os sertanejos não seriam capazes ainda de viverem em sociedade, restritos a vida pastoril, habitando o mundo das feras, da animalidade.

---

<sup>5</sup> Barroso usa vários autores que empregam a ideia de evolução racial, como Hebert Spencer (1920-1903); Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) e Euclides da Cunha (1866-1906).

É verdade que a palavra espaço não aparece uma única vez no livro de Barroso, uma vez que nesse contexto histórico até mesmo os autores da chamada geografia tradicional marginalizavam o espaço, privilegiando os conceitos de paisagem e região<sup>6</sup>. O que encontro em Barroso é a ideia de meio, que faz parte de uma modelo explicativo dominante até então, que apostava no entendimento da sociedade a partir das influências que os aspectos ambientais e de hereditariedade exerceria na conduta dos homens e mulheres. Esse modelo é exemplificado perfeitamente no livro *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha. Para narrar a Guerra de Canudos (1896-1897), Euclides apresenta primeiro a terra — semelhante ao que Barroso denomina de meio —, depois o homem, através da formação racial e biológica do sertanejo, para enfim, chegar até o fato, à luta.

Portanto, só seria possível entender o cangaceirismo pelas investigações do meio e da raça que revelariam a natureza dos sertanejos. Logo nas páginas iniciais Barroso evidencia o seu método de análise acreditando que:

Fatos observados amiudadamente, considerações nascidas da constância de certos motivos, circunstâncias de ordem empírica, minucioso estudo de acontecimentos periódicos, do meio, da raça, da formação social, são as únicas bases para um sistema de ideias que nos dê as razões explicativas do banditismo sertanejo (BARROSO, 2012, p. 77).

O meio é composto pelos fatores climáticos, pela localização geográfica e pelo isolamento. O meio é em grande medida o sertão, descrito por Barroso como desértico e primitivo. Nesse cenário era necessário ser mau para viver, pois todas as criaturas boas seriam naturalmente destruídas. O corpo e a alma do cangaceiro se mistura com o solo sertanejo, encontram-se as mesmas asperezas que a terra onde nasceram e em cuja aridez crescem os vegetais espinhosos (BARROSO, 2012, p. 25).

De acordo com Ferreras (2003), o principal aspecto do livro escrito pelo memorialista cearense é a função estabelecida pelo meio, sendo decisivo para a compreensão e explicação da forma cultural dos habitantes do sertão nordestino. A geografia exerceria uma influência ímpar para se perceber as formas em que a sociedade se desenvolve e transforma seus indivíduos. Portanto, a condição humana passaria a ser definida pelo

---

<sup>6</sup> Uma introdução importante sobre como o espaço foi sendo concebido historicamente pelas escolas geográficas pode ser encontrada em: CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço, um conceito-chave da geografia*. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org). **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 77 - 116.

meio ambiente que, por sua vez, condiciona os seus comportamentos. O cangaceirismo se constituiria como fruto do seu meio natural, como afirma Barroso:

O clima sertanejo tem a máxima culpa na produção da cangaceiragem [...] foi a alma do sertão que moldou e fundiu a do cangaceiro. A fim de viver nessa região agreste, batida pelo sol, e demasiadamente sóbrio. O eterno combate contra o meio inóspito desenvolve-lhe a coragem e a resistência. A ameaça continua de perceber dá-lhe o fatalismo e estóica resignação para todos os males (BARROSO, 2012, p. 23-24).

O determinismo geográfico é lançado por Barroso como uma forma explicativa para a análise das causas e motivações do cangaceirismo no Nordeste brasileiro. Modelo que influencia até os dias de hoje os trabalhos da temática de forma maciça. Porém, é preciso salientar que muitos pesquisadores esqueceram que o texto de Barroso foi produto das teorias deterministas que figuravam no campo intelectual brasileiro no princípio do século XX como as principais chaves explicativas para a compreensão da sociedade. Alguns inclusive confundem a ideia de meio natural com o meio social. O meio em Barroso é o natural (determinista, atravessado pelas ideologias racistas de época) e não o social.

O espaço social ou político só vai aparecer na década de 1960, com as interpretações de Rui Facó. Neste último, o espaço passa a figurar o latifúndio, o monopólio de exploração e a possibilidade de transformação social.

### **O monopólio da terra e o espaço político em Rui Facó**

Em 1963, foi publicado o livro *Cangaceiros e fanáticos*, do jornalista e militante do Partido Comunista Brasileiro, Rui Queiroz Facó<sup>7</sup>. Nascido em 4 de outubro de 1913, na cidade de Beberibe, estado do Ceará. Filho de pequenos produtores rurais, Rui Facó teve sua vida marcada pelo engajamento no movimento comunista. Toda a sua obra foi ditada pela luta para a liquidação dos latifúndios, a emancipação dos camponeses e a instauração da revolução socialista no país.

---

<sup>7</sup> A primeira edição do livro foi publicada pela Editora Civilização Brasileira (número 15 da coleção Retrados do Brasil). *Cangaceiros e fanáticos* foi um livro publicado postumamente. Quando o autor faleceu, em março de 1963, vítima de um acidente aéreo, o livro estava prestes a ser lançado.

Os interesses presentes no livro de Rui Facó surgem a partir dos debates travados entre os intelectuais de esquerda em sua época, que buscavam responder as seguintes perguntas: o que era o Brasil? E qual a origem das diferenças das regiões Nordeste e Sul do país? Por que o Nordeste ainda era, na década de 1950, “pré-capitalista” e “atrasado” e o Sul industrializado e “adiantado”? No mesmo momento que Rui Facó fazia esses questionamentos, vários debates surgiam sobre a questão da reforma agrária e de reformas de base no Brasil. Já vimos que nenhum trabalho historiográfico é escrito desarticulado do seu lugar de produção, dos interesses e problemas do seu tempo. Com isso, deixo que a historiadora Auricélia Lopes Pereira apresente melhor o contexto que está inserido o livro de Rui Facó:

*Cangaceiros e Fanáticos* é escrito num momento em que no país há uma sensibilidade que lê a realidade brasileira como espaço onde *problemas crônicos* existem e pedem solução [...] assim, o texto não se pretende um retrato do passado, mas um instrumento de luta do presente e para o presente. Seu objetivo é claro: pôr em evidência a *verdadeira interpretação* dos problemas sociais que no início da década de [19]60 se instituíram como lugar catalisador de todas as tensões e atitudes políticas (PEREIRA, 2000, p. 222).

Rui Facó pretendia entender os problemas do Brasil partindo do pressuposto que o país é um mundo de contrastes, cujo desenvolvimento capitalista era lento, deformado e desencontrado. De um lado estaria o Sul, onde o capitalismo achara terreno fértil para seu desenvolvimento, do outro lado estava a região Nordeste, caracterizado pelo monopólio da terra, cujo processo de concentração de latifúndios se intensificou cada vez mais a partir do final do século XIX. Assim, para Rui Facó, a década de 1960 apresentava um retrato de um Brasil extremamente desigual, desequilibrado. Um Sul capitalista e um Nordeste estagnado no *atraso semi-feudal*, dividido entre o senhor dos grandes lastros de terras e o homem sem terra: *o semi-servo* (PEREIRA, 2000, p. 224).

Para o autor, os males desse retardamento estavam na questão da terra, no controle de grandes propriedades por pequenos grupos familiares, que dominavam uma grande massa de camponeses sem terra e que viviam sobre o jugo desses poderosos. Fora nesse cenário que eclodiram com mais intensidade no Nordeste brasileiro o fanatismo e o cangaceirismo. Esses se apresentariam como os dois principais caminhos que os pobres do campo encontraram para sair das amarras dos “coronéis”. Seguir os beatos, os

conselheiros, os padres e os chefes do cangaço foram as alternativas que, para Rui Facó, aquele povo sofrido encontrou.

Para atribuir outro significado histórico às experiências de Canudos, Juazeiro, Contestado, Caldeirão e do Cangaço, que eram lidas como fenômenos extra-históricos pela historiografia brasileira, Rui Facó utilizou em suas análises indivíduos que assumiam o lugar dos marginalizados, estereotipados pelos quadros explicativos que os resumiam como meros fanáticos e bandidos, ficando excluídos dos acontecimentos da história nacional. Rui Facó ressignificou esses fenômenos, afirmando que os *bandidos* e *fanáticos* não eram simples criminosos ou loucos, mas frutos do atraso econômico daquela região. Suas causas poderiam ser encontradas no monopólio da terra, na economia de monocultura, voltada à exploração dos camponeses. Em suma, o cangaceirismo e o fanatismo seriam uma resposta aos males da terra, passando a ser tratados por esse autor como exemplos de emancipação dos pobres, de insubmissão e estímulo de lutas para os camponeses e militantes do seu tempo.

Era com esse sentido que os cangaceiros deveriam ser recuperados historicamente, marcados pela ideia de luta armada contra a opressão dos males da terra. Com isso, Rui Facó apontava como solução para resolver o problema do atraso do Nordeste, a abolição dos grandes latifúndios. Essa tese parte principalmente dos interesses do seu lugar de produção – o Partido Comunista que, na década de 1960, entendia a história a partir de uma ascensão linear, estando o mundo marchando para o comunismo. Era como se a sociedade humana já estivesse grávida do seu futuro, o socialismo, restando apenas aos revolucionários promoverem as condições ideais para o parto.

Mas qual a relação desse raciocínio do Partido Comunista com a batalha contra os latifundiários? É necessário compreender que uma ampla ala dentro do marxismo entendia naquele momento a história da sociedade através de fases revolucionárias. Dessa forma, era preciso romper com as relações, que definiam como *semi-feudais*, presentes nos grandes latifúndios, proporcionando o surgimento de medidas econômicas que criariam condições para o advento do capitalismo, e só depois promoverem a transição para o socialismo.

O livro *Cangaceiros e fanáticos* seria, antes de tudo, um instrumento, um modelo de interpretação dos problemas sociais brasileiros. Seu objetivo era propor o *bandidismo* e

o *fanatismo* como lutas contra o sistema, embasando seus interesses do presente em criar caminhos de ação, possibilitar posturas políticas para que, de qualquer forma, se pusesse fim ao regime dos grandes monopólios de terras. Os mesmos que, segundo Rui Facó, provocaram as piores mazelas para os pobres do campo.

Apesar de ser uma historiografia que tendeu a abordar o cangaço a partir dos seus determinantes sociais, reduzindo-os quase sempre a um modelo explicativo baseado nas estruturas econômicas, não restam dúvidas que o trabalho de Rui Facó reescreveu com outros significados o cangaço e os cangaceiros. Se antes eram concebidos como experiências ahistóricas, renegadas pelo fardo dos estereótipos de “simples criminosos”, com essa leitura o cangaço passou a ganhar espaço nos meios acadêmicos e nas reflexões dos cientistas sociais, sobretudo dos sociólogos e historiadores.

Enquanto em Barroso a terra e o solo sertanejo eram fatores determinantes na produção do cangaceirismo, em Rui Facó a terra está associada ao domínio histórico das elites agrárias que exploravam os camponeses, porém, essa exploração produzia uma reação, possibilitando o questionamento do *status quo* daquela sociedade. O espaço e o território em Rui Facó ainda é *coisificado*, sendo sinônimo de terra. Contudo, essas categorias ganham um sentido político, pois a revolta de *fanáticos* e *cangaceiros* contra o monopólio da terra deveria ser tomado como exemplo para os movimentos camponeses que explodiam no país nos anos 1960, sobretudo, com a organização das ligas camponesas.

Apenas em 1995 o espaço e o território serão tomados como conceitos chaves para as reflexões em torno do cangaço no tempo de Lampião, com o trabalho de Jorge Luiz Villela. Esses conceitos passariam a ser entendidos não mais como sinônimos de terra, ou substância material, mas como sendo produto das ações dos próprios homens e mulheres, no caso de Villela, entendidos pelo próprio movimento dos cangaceiros. Penso que esse autor oferece novas questões para pensar o cangaço a partir de uma história dos espaços, e meu trabalho busca se inserir neste diálogo estabelecendo aproximações e distanciamentos com as provocações lançadas por Villela.

## **Territorialização do bando Lampião: uma relação entre Antropologia, Geografia e História**

Foi apenas no ano de 1995 que o espaço do cangaço lampiônico foi tomado como objeto de estudo, na dissertação apresentada por Jorge Luiz Mattar Villela, ao curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina<sup>8</sup>. Esse trabalho não se destaca apenas por ser o primeiro a problematizar a dimensão espacial da atuação do bando de Lampião, ele se notabiliza (até os dias atuais) na historiografia do tema por ser o único a colocar o espaço e o território como questão de análise. A partir de quatro tipos de fontes: bibliográfica do cangaço, relato policial, oralidade e jornais de época, o autor buscou entender como a espacialidade e territorialidade do grupo de Lampião foi produzida em virtude dos movimentos constantes. Tanto o espaço quanto o território são entendidos não como algo fixo, mas como fluxo, constituído pelo nomadismo dos cangaceiros.

Tomando de empréstimo a ideia de espaço itinerante e espaço irradiante, criada pelo arqueólogo e antropólogo francês André Leroi-Gourhan (1911-1986), Villela busca diferenciar o espaço nômade (dos cangaceiros) do espaço sedentário. Segundo ele, o espaço itinerante — também pode ser chamado de espaço nômade, ou liso — é desprovido de um centro referencial em relação ao qual se dá o deslocamento, sendo marcado pelo dinamismo constante. O espaço irradiante — também pode ser chamado de espaço sedentário, ou estriado — é estático sendo governado por um centro gravitacional de repulsão e atração em relação ao qual se dá o deslocamento (VILLELA, 1995, p. 16).

Villela também é influenciado pela dupla Deleuze e Guattari, quando esses últimos propõem pensar a ideia de espaço liso e espaço estriado. O espaço liso, ou aberto, é produzido graças a operações locais com mudanças de direção, sem pontos de partida e chegada, sendo o trajeto definido pela circunstância. Já o estriado, ou fechado, é ordenado e codificado, cujos trajetos estão previamente estabelecidos; no interior do qual existem pontos de partida e pontos de chegada, ligados por estes trajetos, de onde e para onde os que se deslocam dirigem-se (VILLELA, 1995, p. 27). Para Villela, a

---

<sup>8</sup> A dissertação foi defendida com o título: A organização espacial do cangaço sob a chefia de Virgulino Ferreira da Silva, Lampião (1922-1938) ou como produzir território em movimento.

espacialidade do bando de Lampião se enquadraria nas categorias de espaço itinerante e liso, propondo uma análise inovadora e interessante.

Ao trabalhar a noção de território, Villela vai estabelecer um contraponto às noções presentes na antropologia dos espaços de Marcel Mauss (1872-1950). Este último defendia a noção de território vinculada à identidade (que implicaria apropriação) e demarcação dos espaços. Villela acredita que o território de Lampião não pode ser confundido com identidade, pois para ele, nada indica que Lampião considere-se dono do solo onde atua. Tampouco como demarcação, uma vez que o autor entende que o território de Lampião era aberto, móvel, sendo assim, impossível de ser delimitado. Neste sentido, os cangaceiros tinham livre circulação e sua territorialização só poderia ser compreendida em virtude dos movimentos.

Com isso, Villela assume uma posição teórica de um autor que deseja pensar a sociedade pelas singularidades, pelo movimento, se enquadrando dentro de uma linha de pensamento nômade — na definição deleuziana —, em oposição ao pensamento que tende a ver a sociedade através da ótica sedentária, padrão este dominante na filosofia ocidental.

Contudo, é preciso apontar os distanciamentos das minhas reflexões em relação às dele. Em grande medida, Villela procurou entender de que forma o bando de Lampião foi capaz de construir um território através de seu próprio movimento constante. Embora o autor tenha deixado claro a sua defesa da importância da relação de Lampião com seus protetores e coiteiros, não conseguiu descrever como se davam essas relações e como elas proporcionaram a produção dos espaços de atuação do bando do *Rei dos Cangaceiros*. O autor enxerga no deslocamento e na ideia de movimento essa territorialização, não problematizando os mecanismos e estratégias políticas que deram curso a esse movimento enquanto constituição de territórios.

Enquanto Villela esteve interessado na velocidade dos movimentos que desfazem e desmontam trajetos previamente estabelecidos (como estradas) e que criam territorialização sem centros, estou preocupado nos movimentos de conexão, de encontros entre Lampião e seus protetores. São esses movimentos de entrecruzamentos no processo de tessituras de redes que proporcionam esse cangaceiro se territorializar e criar espaços de atuação para seu bando. A permanência por 20 anos no cangaço esteve

atrelada ao potencial de barganha que Lampião possuía frente aos seus agenciadores e apoiadores. Essas relações são tratadas no meu entendimento como sendo atravessadas pelas relações de poder<sup>9</sup>.

Proponho pensar a noção de espaço a partir das reflexões do filósofo e historiador Michel de Certeau, como sendo o lugar das práticas humanas. Segundo Certeau (1994), são as ações dos sujeitos que condicionam a produção dos espaços, entendidos como *locus* de vivências individuais e coletivas e configurados pelas práticas que conferem sentido, significado e geram representações neste, deste e para este espaço.

Nesses termos, a espacialidade criada pelo cangaceiro Lampião será aqui entendida por meio dos interesses envolvidos nas tramas do poder que, por meio de práticas específicas, proporcionaram condições de possibilidades para esse cangaceiro produzir espaços de atuação para o seu bando, tendo em vista as (con)vivências com protetores e coiteiros dos estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Ceará, durante os anos de 1920 e 1928. Essas relações foram base fundamental para a configuração territorial do cangaço lampiônico, sentido pelo qual os atores envolvidos constituíram espaços próprios e se estabeleceram em territórios de ação. Esses, por sua vez, são entendidos como espaços elaborados por via das relações e disputas de poder.

Acreditamos que a produção do espaço é permeada pelas relações de poder e de sentido, sendo assim, o processo de espacialização é territorializante. Isso mostra também o caráter móvel do território, podendo operar tanto na continuidade quanto na descontinuidade espacial. Diferente de Villela, que conversou majoritariamente com antropólogos, pretendo estabelecer um diálogo maior com os geógrafos, sobretudo, para pensar a noção de território. Souza (2014) propõe pensar a noção de território associado às multidimensões do exercício do poder (cultural, político, econômico). Sendo assim, o

---

<sup>9</sup> Pode-se dizer que essas relações não estavam limitadas a imposição de poder de cima para baixo, que partiria do macro para as micro-relações, por parte do Estado ou grupo social dominante. O que existia nesse jogo é uma relação extremamente complexa, elaborada nas mais básicas relações sociais, ou seja, uma *microfísica do poder*. Segundo Foucault (1979), o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, de sofrer sua ação, ou de resistir a ele; nunca são alvos inertes ou consentidos do poder, são sempre centros de transmissão.

território é um campo de forças, relações de poder operando em um *substrato espacial material*<sup>10</sup> delimitado.

O poder que Lampião exerce em uma determinada área se constitui a partir da criação de redes de proteção com sujeitos de vários segmentos sociais, que poderia transitar desde grandes latifundiários até agricultores e vaqueiros de pouca influência no cenário político e econômico. Logo, entendo que a territorialidade do bando de Lampião opera por meio de território-rede, ou seja, em uma descontinuidade espacial e traçado por um conjunto de pontos de apoio (ou *nós*) que possibilitam a manutenção e atuação dos cangaceiros em uma dada área. Tecer redes implica também codificar as ações dos sujeitos frente ao compromisso mútuo estabelecido na relação, ou seja, o relacionamento de Lampião com seus protetores implicava deveres e direitos de ambas as partes, o que impossibilita a ideia de um espaço/território totalmente livre e aberto defendido por Villela. Em outras palavras, o bando de Lampião não poderia atacar uma fazenda ou vila que era dominada por um de seus protetores.

Como apresentado, Villela mobilizou esforços para fugir da perspectiva de território fechado, ou demarcado, propondo pensar o território em virtude do movimento, sem pontos de partida e de chegada. Mas como explicar o ataque do bando de Lampião a cidade de Mossoró em 1927, sendo que os cangaceiros partiram de Aurora no Cariri Cearense, onde Lampião mantinha relações com o conhecido coronel Isaías Arruda, e logo após o fracasso do ataque, regressarem para o mesmo ponto de partida? Ou até mesmo o saque à cidade de Sousa, no interior da Paraíba, no ano de 1924, quando os cangaceiros de Lampião partiram de Princesa Isabel, cidade paraibana que Lampião contava com o apoio da influente família Pereira Diniz, e após o saque retornarem para o mesmo ponto de partida?

Não concebo a territorialização do bando de Lampião de forma contínua e fechada e neste aspecto mantenho aproximações com Villela, mas como um processo de fazer, desfazer e refazer redes de apoio. Neste sentido, Costa (2016) lança uma abordagem processual do território. Na sua perspectiva, o território é visto como um *devir*, um

---

<sup>10</sup> De acordo com o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2009), o *substrato espacial material* são as formas espaciais, os objetos geográficos tangíveis (edificações, campo de cultivo, feições “naturais” etc). Ou seja, a matéria que serve de suporte e referência para as práticas sociais. O autor lança mão desse termo como um esforço de separação do que ele chama de espaço concreto (matéria, objeto), do espaço social (constituindo pelas relações humanas). Pensamos ser interessante usar esse termo, pois entendemos que o espaço é sempre social, surge na relação e interação da prática social com os substratos materiais.

permanente movimento de tornar-se e desfazer-se, ou seja, não existe território sem seus vetores de saída e, por sua vez, não existe saída do território (desterritorialização), sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outras bases (COSTA, 2016, p. 99-101). Uma das principais singularidades de Lampião que foi destacada pela historiografia do cangaço diz respeito à capacidade que este cangaceiro teve em criar redes de apoio e, ao mesmo tempo, superar suas rupturas criando novas conexões em outros lugares com outros sujeitos.

Por fim, a partir das ideias de espaço praticado, território-rede e território como processo, pretendo lançar novos direcionamentos para as reflexões em torno da territorialização do bando de Lampião, sobretudo no recorte temporal da pesquisa, que corresponde à chamada primeira fase do cangaço lampiônico, entre os anos de 1920-1928. Através do cruzamento crítico dos jornais de época e dos relatos policiais procuro cartografar os sinais dos movimentos deixados pelo bando de Lampião, buscando compreender quais eram as áreas mais frequentadas pelos cangaceiros e, a partir daí, dialogar com a historiografia do tema para entender quem eram os sujeitos com que Lampião se conectava espacialmente para produzir redes de apoio nos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Gustavo. **Heróis e bandidos: os cangaceiros do Nordeste**. 2. ed. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 - artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FERRERAS, Norberto O. Facundo no Sertão: Gustavo Barroso e o cangaceirismo. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 29, n. 30, Jul./Dez. 2003/Jan./Jun. 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

PEREIRA, Auricélia Lopes. **O Rei do cangaço e os vários Lampiões**. 2000. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. 2000. 313p.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org). **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 77 - 116.

\_\_\_\_\_. Território da Divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Ed. Expressão Popular/Unesp Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p. 57-72.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar. **A organização espacial do cangaço sob a chefia de Virgulino Ferreira da Silva, Lampião (1922-1938) ou como produzir território em movimento**. 1995. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. 1995. 176p.

Recebido em 30 de maio de 2018

Aprovado em 15 de junho de 2018